

TAXA PAGA
AUTORIZAÇÃO Nº 48
ECT - DR - S.C.



Blumenau em cadernos

TOMO XIV ★ DEZEMBRO DE 1973 ★ Nº. 12

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Industria Têxtil Companhia Hering

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Empresa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Armen Mamigonian - Presidente Prudente S. P.

Companhia Industrial Schlösser S/A.

Blumenau em Cadernos

T O M O X I V

Dezembro de 1973

Nº 12



A todos os seus benfeitores, assinantes, leitores, amigos e colaboradores «Blumenau em Cadernos», ao completar, com a presente edição, o seu 14^o ano de publicação e o XIV tomo, deseja boas festas e um feliz, próspero e tranqüilo ano novo, fazendo votos de muita saúde e felicidade a quantos tem concorrido para que esta publicação possa prosseguir a sua árdua tarefa de estudo e divulgação do passado de Santa Catarina.

A todos

Um Feliz Natal e
Um bem-afortunado ano novo!

POZZA, O MAGNETIZADOR

C. GAERTNER

O tenente Herculano Teixeira d' Assumpção, do 58 Batalhão de Caçadores, esteve sediado em Curitiba onde sua unidade chegou a 18 de janeiro de 1914. Com a sua inquisitividade de escritor e com a sua brilhante e fecunda inteligência, teve muitos contatos, ouviu muitas histórias, conheceu e entrevistou muitas pessoas. Assim, refere-se a um dos seus conhecimentos da seguinte forma: - «O outro tipo é um italiano finório. Já o conhecíamos de Rio do Sul. Chama-se Pozzi e é um antigo habitante do município de Curitiba. A sua idade deve orçar pelos 50 anos. É um homem de espirito sagaz e palestra aprazível. - À custa da sua inteligência ativa, ele conseguiu impor-se entre os sertanejos, como detentor de um poder oculto que tanto serve para curar como para dar a felicidade presente e futuro aos seus consulentes. - Aplicando, ante as vistas admiradas daquela gente simples, algumas das mais interessantes regras da «A Quimica Recreativa» de Larbaletrier, a fama da sua força oculta consolidava-se cada vez mais. - E por lá ainda continua ele, ora operando coisas sobre-naturais, valendo-se para isso da sua varinha de condão, ora curando por meio de passes e salamaleques, com o hipnotismo e o magnetismo, os ingenuos doentes sertanejos . . . » (HERCULANO T. D'ASSUMPÇÃO. «A Campanha do Contestado». Vol. I. Pág. 335/6).

Em 1923 fui apresentado a tão singular personagem pelo nosso velho amigo Georg Knoll. Tivemos uma palestra, porque o italiano era loquacissimo. Contou-me ter casado com uma brasileira, tinha não sei quantos filhos, possuía uma pequena serraria hidráulica com serra horizontal, era mecânico, encanador, consertador de máquinas e armas, sabia achar água com a vara do rdomante, conhecia as virtudes curativas de muitas ervas, medicava doentes pelo magnetismo, já tendo magnetizado mais de quinhentas pessoas. Terminou confirmando a apresentação feita por Knoll de que era capitão-de-mar-e-guerra da Arma Italiana, e que fora obrigado a fugir para o Brasil por ter sido envolvido numa tentativa de envenenamento de Victorio Emmanuele. Não me recordo de ter feito cara de incrédulo, mas talvez a sensibilidade parapsicológica de meu interlocutor levou-o a captar essa desconfiança no meu subconsciente! O fato é que, dias depois, reapareceu para apresentar-me o seu Diploma de oficial da Marinha de Guerra Italiana, «por ter notado que eu não acreditara na sua afirmativa».

O documento que apresentou pareceu-me hábil e autêntico. Lamento não ter feito nele num melhor exame, nem aprofundado melhor as circunstâncias da alegada tentativa contra o rei.

Em seguida Pozza envolveu-me numa palestra cheia, intensa monológica mas não cansativa. Acredito que dessa maneira influia efetivamente suas sugestões sobre os clientes, deixando-lhes fraquíssimas

oportunidades para pesar o valor das suas afirmações. Possivelmente tenha mesmo vendido receitas e fórmulas miraculosas de magia afortunante.

Nesse dia, da sua conversa, que versou sobre as particularidades domésticas, o bom genio da sua esposa, os pratos culinários mais do seu agrado, e outras coisas que esqueci, ficou-me apenas um dos seus contos.

Certo dia - disse - estava na fazenda do Vergilio Pereira fazendo trabalho de encanador. Lá estavam também dois fazendeiros vizinhos. Foram observar o trabalho da instalação hidráulica e conversaram depois sobre assuntos pertinentes à lida pastoral. Esgotado esse assunto, falaram obrigatoriamente sobre o assunto do dia: os jagunços; o ataque a Taquaruçu e a Caraguatá; e outros episódios. Um deles referiu-se à inclinação monarquista do movimento, porque após os vivas a São José Maria, vivavam também a Monarquia. Começou aí uma discussão. Um dos visitantes era maragato e achava que a melhor e mais respeitada forma de governo era a monarquista; o trono é ocupado pelo direito do sangue e não por eleições fraudulentas; há mais ordem e há mais respeito; há também mais religião; o dinheiro é forte e tem mais valor; e citou como exemplo a Inglaterra, o país mais poderoso do mundo. - O outro, que era republicano, enalteceu o governo do povo, pelo e para o povo; falou sobre a dignidade humana, sobre os direitos do homem, sobre a liberdade de pensamentos, de expressão e de crença; todos são iguais perante a lei e qualquer cidadão pode ser Presidente da Nação; e citou como exemplo os Estados Unidos da America do Norte. - Esgotados todos os argumentos sem que um ou outro capitulasse ou se considerasse vencido ou convencido, as vozes se alteraram, parecendo até que se dirigiam para o último argumento - as armas.

Então o dono da casa, desejoso de manter a boa harmonia sem melindrar seus hóspedes e sem quebra dos deveres da hospitalidades interveio:

Esperem meu amigos. Cada um de vocês, dentro do seu ponto de vista, está com a razão. Mas vamos ouvir a opinião do seu Pozza que é um homem viajado e estudado. O que acha, seu Pozza? Qual é a melhor? a república ou a monarquia?

Pozza que até então se limitara a sorrir ouvindo os argumentos da discussão, enquanto preparava as luvas, as curvas e as conexões, endireitou-se e respondeu:

- No tempo que João mandava,/ Se almoçava e se jantava;/ Entrando Pedro a mandar,/ Dormia-se sem jantar;/ E com democracia.../ Jejuava-se todo o dia!

E dessa forma espirituosa e faceta que provocou risos descontraentes, pos fim a uma discussão azeda e estéril e de maus prognósticos.

Esse é o finório Pozza ou Pozzi que eu conheci!

Seria, de fato, oficial da Marinha de Guerra Italiana?

A resposta poderá ser dada por algum dos seus numerosos descendentes, se é que de fato tinha tantos filhos quantos afirmava. Talvez algum deles ou algum dos netos, possua, entre os velhos papéis do seu antepassado, o Diploma que eu li.

OS PRESIDENTES DA ENTÃO PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA

GUILHERME STRECKER

Apresento neste e nos próximos números de «Blumenau em Cadernos,» pequenas biografias de vários Presidentes de Província do nosso Estado.

Nestes pequenos extratos, o leitor nada encontrará sobre a obra administrativa dos biografados. Isto será feito num trabalho de pesquisa mais acurado.

A NOVA HISTÓRIA DE SANTA CATARINA que um dia ainda aparecerá, como pesquisa científica, terá nos CADERNOS uma fonte de consulta indispensável.

Ressalto ainda, que o Estado de Santa Catarina é um dos poucos que não possui um ARQUIVO PUBLICO, organizado guardião dos nossos documentos Históricos.

As biografias apresentadas a seguir, não obedecem à uma ordem cronológica, conforme apareceram na administração catarinense.

JOÃO THOME DA SILVA - Advogado nasceu na cidade do Sobral (Estado do Ceará) em 1842. Era filho do coronel João Thomé da Silva e de D. Maria da Penha da Silva.

Formou-se em Direito na Faculdade do Recife e naquela mesma localidade, entregou-se à advocacia e exerceu o cargo de promotor público. Conquistou depois o lugar de Lente na Faculda-

de em que estudou e no desempenho das respectivas funções, soube merecer a estima e consideração dos seus colegas e discipulos.

Como Presidente de Província do Espírito Santo, Alagoas e Santa Catarina, mostrou-se possuidor de grande tino administrativo e dotado de inexcedível espírito justiceiro.

Administrou a Província de Santa Catarina de 1873 a 1875.

Escreveu:

« Dissertação e theses apresentadas à Faculdade de Direito de Recife para obter o grau de doutor em direito» (1865).

« Dissertação e theses apresentadas à Faculdade de Direito do Recife no concurso a um lugar de lente da mesma Faculdade» (1869).

« Faculdade de Direito do Recife. Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis no ano de 1871, apresentada, etc..... (1872).

« O recurso à coroa é ofensivo à liberdade e independência da Igreja?» Deixou ainda diversos Relatórios como Presidente da Província, de Espírito Santo, Alagoas e Santa Catarina.

Faleceu em Pernambuco em 1884, aos 42 anos de idade.

Dr. THEODURETO CARLOS DE FARIAS SOUTO.

Político, nasceu no Ceará em 1841. Era filho de Francisco Souto Barateiro.

Durante o Segundo Império ocupou uma cadeira de deputado na Assembléia Geral em várias legislaturas. Administrou a Província de Santa Catarina de 28 de fevereiro de 1883 a 29 de agosto do mesmo ano.

Igualmente o Dr. FARIA SOUTO esteve à frente do governo da Província do Amazonas, em 1884. Desempenhou o cargo de diretor do Banco do Brasil.

Depois da proclamação da República empreendeu importantes negócios, fez parte de numerosas companhias e prestou valiosos serviços como diretor- secretário do Banco da República. Foi Senador pelo Estado do seu nascimento e escreveu:

«Algumas reflexões sobre a eleição direta, por um liberal» (1874).

«Discurso proferido na sessão

de 8 de março de 1879 na Câmara dos Deputados» (1879).

«Quarto distrito do Ceará. Contra - contestação e documentos apresentados à primeira comissão de inquérito» (1885).

Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto passou a administração da Província de Santa Catarina ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Luiz da Gama Rosa a 19 de agosto de 1882» (1883).

«Exposição com que o ex-Presidente da Província do Amazonas, Dr. Theodureto Carlos de Faria Souto, entregou a administração da mesma província ao Tenente- Coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmiento no dia 12 de junho de 1884» (1884)

O nosso biografado ainda foi colaborador de alguns jornais políticos e redator de «A Reforma», órgão do partido liberal do Rio de Janeiro.

O Dr. THEODURETO CARLOS DE FARIA SOUTO, faleceu no ano de 1893.



O Hino do Estado de Santa Catarina, composto pelo Professor José Brasilício de Souza, com letra de Horácio Nunes Pires, foi mandado adotar oficialmente pelo Decreto nº 132, de 21 de abril de 1892. Nessa ocasião ele foi cantado por um escolhido grupo de senhoras e senhoritas da sociedade Desterrense no Teatro Santa Isabel, hoje Teatro Álvaro de Carvalho.

Estante Catarinense

CARLOS BRAGA MUELLER

O PRIMEIRO GOSTO - de Salim Miguel - Editora Movimento, 1973.

Depois de uma longa interrupção, Salim Miguel volta a publicar um livro. De contos, como o que lançou por primeiro, em 1951: «Velhice e outros contos».

A presente edição tem apenas 96 páginas e, nisso, parece querer acompanhar o estilo de Chico Anísio ou de Marisa Raja Cabaglia, os quais, em edição de poucas páginas costumam faturar muito.

Salim, que é um dos embaixadores de Santa Catarina no Rio, onde atua há muito tempo na «Manchete», nos apresenta 10 contos. Note-se que nenhum tem o nome que dá título à obra. Nisso o autor está sendo original.

Quanto à qualidade das estórias, sente-se, a primeira vista, que o autor é mais filósofo que ficcionista. Também quase que agride o leitor o estilo cinematográfico que ele dá às suas narrativas. Mas disso não podemos culpá-lo, pois o único filme que foi realizado exclusivamente com gente nossa, «O Preço da Ilusão», teve o argumento escrito por Salim Miguel. Muito embora naquela época o filme fosse considerado muito fraco, tratava-se de uma experiência pioneira. E pioneira ficou sendo, porque os demais filmes rodados em Santa Catarina, o foram por cineastas de outros Estados.

Analisando com sinceridade a coletânea de contos, chega-se à conclusão de que as narrativas poderiam ser menos filosóficas e não deveriam ater-se tanto à linguagem cinematográfica. Não podemos concordar, por exemplo, que num diálogo o escritor use o recurso de, numa fala de um personagem, utilizar o parênteses. É o caso do conto «Amor, Lascínia, e...», a página 17 do livro, onde a moça, em conversa com um jovem que a assedia, assim se expressa: «... Vou lhe dizer mais uma coisa que não devia: as mulheres gostam de ser requestadas, de se fazerem difíceis, mesmo estando interessadas pelo homem (não vá imaginar que este é o meu caso agora), da mesma forma que os homens não gostam de mulheres oferecidas. É. Tá?». A colocação do parênteses seria válida num argumento de filme ou numa peça teatral. Num conto, fica mal tanto esteticamente quanto graficamente.

Todavia, as estórias de Salim Miguel encerram sempre um sentido humano muito profundo e quando muito nos oferecem verdadeiras lições da vida.

O VALE DO BRAÇO DO NORTE - Pe. João Leonir Dall'Alba - Edição
do autor - Orleans - 1973.

Com apresentação de Osvaldo Dela Giustina, Dall'Alba, para responder à pergunta que ele mesmo faz aos leitores no início do livro, (Por que é que ninguém escreve a história do vale do Braço do Norte?) apresenta esta obra, de alentada pesquisa, contendo farta documentação sobre os Municípios catarinenses de São Ludgero, Braço do Norte, Rio Fortuna, Santa Rosa e Anitápolis.

O livro tem interesse puramente histórico e uma das partes mais interessantes, em que o autor localiza na região do Braço do Norte um famoso bugreiro, fica prejudicada em virtude de ser reproduzida, na íntegra, a gravação que ele (Dall'Alba) fez com o matador de bugres. É que na gravação perdesse o estilo literário e surge o estilo «conversa», onde encontramos as palavras erradas e simples do homem do interior, sem cultura, valendo a entrevista, apenas, e como já salientamos, para estudos sobre a história de Santa Catarina. Aliás, o autor esclarece, a certa altura, que tão logo descobriu o «bugreiro» levou este fato ao conhecimento de um antropologista famoso (deve ter sido Sílvio Coelho dos Santos).

O Vale do Braço do Norte, por ter se constituído, em certa época, uma região prioritária no Estado, estava a merecer este estudo.

O PRIMEIRO LIVRO DO JARAGUÁ - Frei Aurélio Stulzer
Niterói - RJ - 1973.

Mais um livro histórico que trata da colonização do hoje centenário e próspero município de Jaraguá do Sul, fundado por Emilio Carlos Jourdan.

A obra está subdividida em Prefácio e Introdução, seguidos de um apanhado geral sobre os antecedentes da instalação de Jourdan no Vale do Itapocu. Logo depois vem um capítulo focalizando a 1a. Fase «O Estabelecimento Jaraguá de Jourdan» e outro capítulo enfocando a 2a. fase: «O Restabelecimento de Jourdan no Jaraguá». Frei Aurélio também dá ênfase, neste livro, à História Religiosa do Município, em 3 capítulos. E promete, para breve, o «Segundo Livro de Jaraguá», não de sua autoria, mas do Prof. Emilio Silva, que há muito tempo vem pesquisando a respeito e que virá completar o trabalho aqui iniciado.

A impressão de «O Primeiro Livro do Jaraguá» foi feita na Editora Vozes, de Petrópolis.

Correspondência para: Caixa Postal, 30 - Blumenau

TRES PINGOS DE HISTORIA

★ Em 1856 foi entregue à publicidade a «Memória Histórica da Província de Santa Catarina», de autoria do major de milícias Manoel Joaquim de Almeida Coelho. Essa obra, escrita já em 1854, principalmente na primeira edição, é, hoje, uma preciosidade bibliográfica, rara e muito procurada.

Não foi ele o primeiro compêndio de História Catarinense. Outros já haviam sido publicados, como o excelente trabalho de Paulo José Miguel de Brita, escrito em 1816 e publicado em 1829. O Visconde de São Leopoldo, por sua vez, dera à público um «Resumo Histórico da Província de Santa Catarina e Charles van Ledede, engenheiro belga, fundador da vizinha cidade de Ilhota, também escrevera a «Memória Histórica, Estatística e Comercial sobre a Província de Santa Catarina. Outros escritores, como Aires Casal e Milliet de Saint'Adolphe versaram o assunto nos seus conhecidos trabalhos sobre História do Brasil, assim como Monsenhor Pizzarro nas suas «Memórias Históricas do Rio de Janeiro».

★ ★ Entretanto, estes últimos trabalhos foram publicados fora da Província de Santa Catarina. O de Miguel de Brito, impresso em Lisboa, na Tipografia da Academia Real de Ciências. Os outros, na Corte do Rio de Janeiro. A «Memória» de Almeida Coelho foi composta e impressa na Tipografia Desterrense, de J.J.Lopes, sita à então rua da Trindade, nº 1, na capital da Província. Esse fato representa um atestado da cultura e do espírito de iniciativa dos habitantes da Ilha que já, naqueles atrasados tempos, podiam orgulhar-se de possuir adiantamento intelectual que, só muito mais tarde, chegou às populações de outras províncias brasileiras. A «Memória» de Almeida Coelho representa um esforço muito grande para coordenar e registrar fato que, sem ele, talvez tivessem se perdido.

★ ★ ★ Outra obra muita rara sobre Santa Catarina, é o trabalho do Arcipreste Joaquim Gomes de Oliveira Paiva, publicado em 1873, na tipografia da «Regeneração», no largo do Palácio nº 24. A «Notícia Geral da Província de Santa Catarina» tem, na primeira parte, 35 páginas, com um apêndice de «Notas» em mais 16 páginas, quadros estatísticos e a relação dos «assinantes» do livro e um mapa das distâncias entre a capital, Desterro e as várias freguesias e localidades do interior. A obra foi publicada após a morte do Arcipreste, tendo este, em 1864, presenteado os originais ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Como fonte de informações históricas, o opúsculo não tem grande significado. Mas é de apreciável valor como peça bibliográfica.

O IRMÃO JOAQUIM FRANCISCO E A BEATA LEONARDA

(Dos «Alfarrábios» de J. Mendes da Costa Rodrigues)

Joaquim Francisco nasceu na Vila do Desterro, hoje capital do Estado de Santa Catarina em 22 de março de 1761, às 10 horas da noite de sexta-feira maior. Era filho legítimo do sargento-mor Tomás Francisco da Costa e Dona Maria Jacinta da Vitória, naturais da Vila dos Açores. O capitão Manoel da Rocha foi o seu padrinho na pia batismal, sendo então pároco da matriz, o padre José Antônio Braga e Castro.

O menino Joaquim era fraco e doentio e ficou até aos sete anos sem que soubesse pronunciar uma só palavra. Seus pais já o julgavam mudo, porém pouco a pouco começou a articular uns sons, vindo depois a exprimir-se com clareza e facilidade. Enviado para a escola de primeiras letras de José d'Almeida, mostrou o menino Joaquim tanta vontade e aplicação no estudo que tornou-se o primeiro dos seus condiscípulos e o seu mestre declarou-se seu amigo. Já então mostrou o jovem Joaquim o amor que tinha à religião de seus pais; os seus entretenimentos de criança constavam de oratórios e cânticos sagrados. Dir-se-ia que esse menino tinha já entregue a Deus o seu coração e a sua alma.

Aos 12 anos de idade foi obrigado a deixar as suas aulas para ir ser caixeiro de seu pai que tinha uma loja na cidade, hoje capital. Constrangido e triste abraçara ele a vida comercial. Jovem de caráter sombrio, inclinado à religião, generoso e pródigo, não fora decerto destinado para trabalhar a vida do ágio e do cálculo. Às vezes vendia a fazenda por menor preço do que custara. E se sabia na loja vizinha tinha mercadoria mais barata do que a sua, ele era o próprio a avisar o fregues que lhe aparecia na porta. E o que era seu era também dos pobres; o desgraçado que lhe estendia a mão recebia sempre uma esmola e não era raro tirar a sua jaqueta, ou camisa, para cobrir a nudez do indigente que implorava a sua caridade. Cedo conheceu seu pai que ele não nascera para comerciante e querendo impedir a prodigalidade desse moço o fechou em um sótão. Dois dias depois, indo visitá-lo o encontrou dormindo sobre umas tábuas porque o jovem atirara pela janela aos infelizes que tinham passado pela rua os lençóis e utensílios de sua cama. Era tão religioso esse religioso mancebo que todos os domingos ouvia missa, assistindo de noite aos terços de Nossa Senhora. Seu pai, informado da sua inclinação religiosa deu-lhe liberdade para abraçar a vida eclesiástica.

Desde então, mostrou-se o jovem joaquim alegre e satisfeito e começando a festejar todos os anos Nossa Senhora do Livramento em um oratório que existia em sua casa, tomando para si o cognome de «Livramento».

Tinha então Joaquim Francisco do Livramento 18 anos e foi então que tornou-se ele o verdadeiro homem de caridade, o tipo da filantropia. Ouvia todas as dores e dava remédio a todas as enfermidades. Era encontrado ou na casa do órfão ou na companhia do desgraçado: dava sempre consolação ao triste agonizante; para o pobre tinha sempre um pão; ao infeliz miserável dava sempre uma esperança e o moribundo não morria sem ouvir a sua voz santa e consoladora. E assim passava os seus dias livrando da penúria a indigência e os pobres que pareciam ser seus filhos. Era um santo que amava o próximo como Deus ordena. E se S. Francisco de Assis peregrinava pelos países pedindo esmolas para fundar asilos, Joaquim Francisco já então conhecido pelo nome simples e humilde de Irmão Joaquim, tratou também de ir de porta em porta pedir esmolas para fundar um hospital. E tomando um saial de lã parda que apresentava no peito a figura de um cálice e hóstia cingindo a cintura com uma corda, começou o Irmão Joaquim a sua perigrinação, percorrendo as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, atravessando lugares ermos, matas extensas e sombrias para ir pedir a todos uma esmola para a criação de um asilo de enfermos.

Era edificante ver esse santo homem, só caminhando a pé durante um ano, desprezando as fadigas e os perigos para poder obter os meios de levantar um edificio para os pobres. E durante essa santa peregrinação não desprezava os que encontrava no leito da dor ou da miséria. Repartia a esmola que obtinha com o velho esfomeado, curava a úlcera do infeliz, torturado pela miséria pela dor, sepultava o indigente que encontrava morto no caminho.

Tendo obtido algumas esmolas, começou a construir o seu hospital em um terreno junto à capela do Menino-Deus, na Vila Desterro. No amplo edificio que mandou edificar, havia uma roda para expostos, oratório, botica, gabinete de consultas e casa independente para o capelão.

Tornou-se então Irmão Joaquim o enfermeiro do seu hospital; ele próprio distribuía as dietas, dava os remédios, consolava os aflitos, ouvia os moribundos e ensinava a todos a crer na bemaventurança do céu. Todas as noites rezava o terço de Nossa Senhora com os seus doentes; era o médico da alma e do corpo dos que iam para esse hospital.

Se tinha algum descanso, empregava-o fazendo flores de pano de escamas para ornar as imagens sagradas e trabalhava com tanta pericia que ainda hoje em S. Catarina são apreciadas lindíssimas capelas de flores feitas pelo Irmão Joaquim.

Desejando obter um patrimônio para o seu hospital partiu para Lisboa e pela suas virtudes, conseguiu da rainha Dona Maria I, uma prestação anual de 300\$000. Voltando à sua Província, continuou na prática de suas virtudes.

Pelos anos de 1796 a 1800 dirigiu-se à Bahia e procurou colher esmolas para instituir um estabelecimento de educação para os meninos desvalidos e conseguiu fundar o seminário de são Joaquim onde muitos

órfãos têm bebido uma educação sã e útil. Nesse seminário existia o seu retrato tirado sem ele saber. (1)

Em Santa Catarina tornara-se o Irmão Joaquim o enfermeiro dos doentes do seu hospital; na província da Bahia encarregou-se de educar os pobres órfãos que se recolhiam ao seu seminário; Ele os amava como seus filhos e procurava incurrir-lhes na alma os preceitos evangélicos.

Ambicionando alcançar também para esse seu estabelecimento um subsídio dos cofres públicos, dirigiu-se a Lisboa donde voltou em 1803, tendo sido atendida a sua petição.

Na província da Bahia soube ele da morte de seu pai e imediatamente renunciou a parte, que lhe tocava da herança, paterna, em favor da mais pobre de suas irmãs.

Encarregando a administração do seu seminário a um reitor, partiu para o Rio de Janeiro, onde angariou a estima do senhor D. João VI, que apreciando as virtudes do Irmão Joaquim entregou-lhe alguns meninos órfãos para serem educados por ele.

Em 1809 foi para São Paulo e pedindo esmola aos fiéis, estabeleceu dois seminários, um em Itu e outro em S. Ana, em uma fazenda que foi dos jesuítas.

Nesse tempo, sofreu o Irmão Joaquim um insulto e um desgosto. Encontrado debaixo de uma árvore a desenhar talvez o risco de alguma casa de caridade, foi preso como espião estrangeiro e conduzido a São Paulo. Chegou ao Rio de Janeiro carregado de ferros e escoltado por soldados, porém apenas soube El-Rei desse desacato, mandou dar liberdade ao santo homem.

Dirigindo-se a Jacuacanga plantou também ali uma casa de caridade.

No seminário de Jacuacanga receberam uma educação santa e uma instrução proveitosa muitos jovens que tornaram-se depois cidadãos distintos e úteis ao país.

O sr. Dr. Tomás Gomes dos Santos foi discípulo desse seminário.

Em 1822, por pedido do Irmão Joaquim, foi nomeado reitor dessa Casa de Educação o Padre Viçoso, atual Bispo de Mariana. Esse santo prelado referindo-se em documento ao seminário de Jacuacanga expressou-se assim: «Eu não espero ver seminário de mais inocência. Tais palavras são o melhor elogio que se poderia fazer dessa casa de educação criada por um homem de tão consumadas virtudes e de princípios tão morais e santos como era o Irmão Joaquim. Esse homem que repartia com os pobres tudo que era seu, que ia procurar os meninos órfãos para dar-lhes instrução e o pão de cada dia, nunca descansava, não esperava que os necessitados viessem bater-lhe à porta; ele ia adiante deles para dar-lhes todos os recursos. Só, ou acompanhado de

algum amigo, embarcava-se em uma pequena canoa e percorria a costa pedindo esmolas para aqueles que sofriam, ou tomando o seu cajado caminhava léguas e léguas e não voltava sem trazer os socorros àqueles que o esperavam. O bispo de Mariana quando elogiava o Irmão Joaquim dizia sempre: «Envergonho-me de que um homem leigo e ignorante tenha feito tantas cousas boas que eu, bispo, não seria capaz de fazer».

O Irmão Joaquim sofria de uma demacia nas pernas e de outros incômodos que via ir aumentando de dia em dia, mas apesar disso não esfriava o seu zelo religioso e o seu amor pelo próximo.

Querendo talvez obter algum auxílio para o seminário de Jacuacanga, embarcou-se para Lisboa em 21 de maio de 1826 e dali caminhou para Roma, porém exacerbando-se a doença que o acabrunhava, procurou voltar para a sua pátria com o desejo de morrer entre os braços daqueles que tinha atraído o seu coração e que tinham aprendido as suas virtudes, mas chegando a Marselha, faleceu em 1829, com 68 anos de vida.

Alguma cousa que deixou foi entregue no ano seguinte aos seminaristas de Jacuacanga que ele chamava seus filhos.

O Irmão Joaquim era um santo; sabia perdoar injúrias e não sabia fazer mal. A sua casa era a casa de todos; os pobres constituíam a sua família. O órfão que jazia no berço da miséria encontrava nele um pai.

Como o sobrinho de Pio VI vendia o que era seu para levantar asilos para os pobres e seminários para os enjeitados, pedindo esmolas pelo amor de Deus fundou edificios onde viu-se a caridade recebendo os meninos abandonados por seus e a piedade acolhendo os indigentes, torturados pela dor e pela miséria. Se a Igreja venera a memória de Francisco de Assis e de João de Deus, dia virá talvez em que cobrindo de bençãos o do Irmão Joaquim, o canonize como o primeiro santo nascido na terra de Santa Cruz.

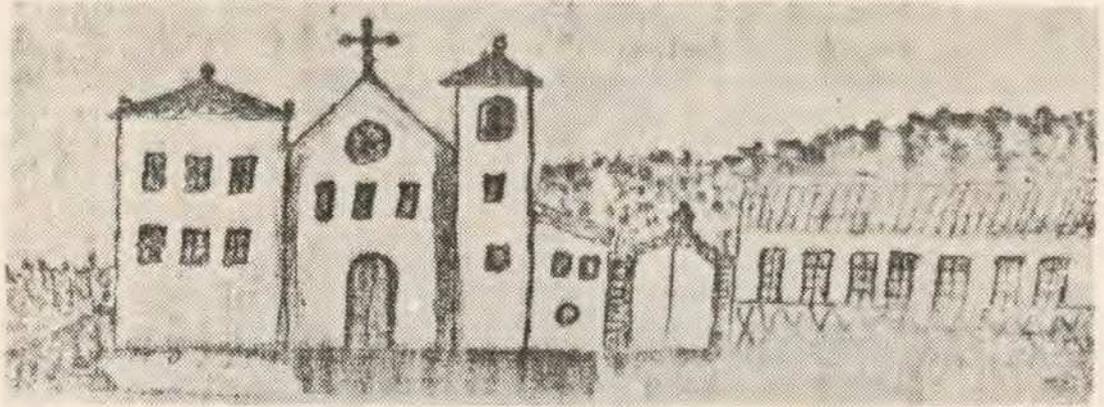
BEATA LEONARDA

Houve quem escrevesse a biografia do Irmão Joaquim, mas não tem havido nenhum escritor que se occupasse da vida santa e trabalhosa dessa mulher que consagrou toda a sua vida em benefício da religião cristã. A biografia do Irmão Joaquim já foi impressa, e seu teor está acima escrito, «verbo ad verbum» sem acrescentar cousa alguma que dúvida faça e ao próprio original me reporto. Quanto á biografia da beata Leonarda, apenas conservo alguma cousa em memória. Recordo-me que a vi algumas vezes em casa de minha mãe - que Deus tenha sua alma em eterna glória - isto na idade de 6 anos até 7, em tempo que tive bexigas, junto com meu irmão Francisco. A boa da velhinha nessa época carregava com os seus 80 anos mais ou menos, tendo nascido pelos anos de 1740 a 1750, na vila do Desterro, hoje ci-

dade capital deste Estado. Ignoro seus progenitores. Só sei que era muito clara, tendo o cabelo branco como uma pasta de algodão; era de estatura muito baixinha e magra, falava bem e muito jovial, alegre na sua conversa. Custava-lhe muito a dar uma passada, razão porque lhe servia de arimo um bordão. Trajava sempre preto e trazia na cintura atado o cordão da Ordem 3a. de S. Francisco de Assis. Dizia-me minha mãe que esta santa mulher nunca quiz casar; que desde sua mocidade trazia nos seus braços uma veneranda imagem do Menino-Deus, andando de porta em porta esmolando para edificar uma capela para o seu Menino-Deus. Com efeito, conseguiu construir a igreja denominada «Igreja do Menino-Deus em uma montanha da parte de leste da sobredita cidade, indo-se a ela por uma ladeira ladrilhada de pedra. Mais tarde o Irmão Joaquim construiu pela parte do sul a sua casa de caridade. E D. Pedro de Alcântara, segundo, ex-imperador do Brasil em 1845 ou 1846 mandou construir uma casa de sobrado pelo lado do norte para enfermaria dos pobres.

Nesta pequena Igreja principiada pela beata Leonarda, foi colocada mais tarde a veneranda imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos que costumam no sábado, véspera do domingo da paixão do Senhor, trazê-la à noite, com grande estadão das autoridades e da aristocracia daquela pequena cidade para a Igreja Matriz, edificada no largo da praça. No domingo às tres para as quatro horas da tarde, é levada pela democracia popular para a sua capela, percorrendo os 6 passos que preparam pelas ruas da cidade. As esmolas que os fiéis depositam nas salvas dos passos e aos sagrados pés da santa imagem são arrecadadas pela Irmandade para despesas dos enfermos e especial proveito da ratarana (?) de colarinhos aiçados.

Este hospital da caridade era subvencionado pela Assembléia Provincial e se cobrava uma taxa nas repartições públicas tirada dos salários dos homens marítimos. Também recebe donativos de muitos devotos que deixam esmolas à santa Casa de Caridade. Tudo isto se deve à santa mulher Leonarda que percorreu toda a Ilha e a terra firme esmolando para o seu Menino-Deus, o qual esta colocou no altar mór da Capela mor da dita igreja, construída às expensas das esmolas dadas pelos fiéis e agenciadas pela dita santa beata Leonarda, que Deus tenha sua alma acompanhada dos Anjos, arcanjos e Serafins quantas foram as passadas que de pés descalços deu na terra da nossa vida transitória. Faleceu pelos anos de 1827 a 1830 e está sepultada na terra que cobre a capela mor da pequena igreja do Menino-Deus, visto como nessa época os cadáveres das pessoas de consideração eram sepultadas dentro das igrejas. Nos cemitérios se enterravam os pobres, ou as pessoas que assim determinavam em sua última vontade. Escrevendo esta notícia ao correr da pena, não pretendo mais do que despertar os doutos e curiosos a escreverem estes fatos da nossa terra que jazem na urna do indiferentismo e cobertos com o sudário do esquecimento. 15 de março de 1891».



Costa Rodrigues ilustrou o capítulo transcrito dos «Alfarrábios com este desenho da capela do Menino-Deus e do Hospital de Caridade anexo, construído com as esmolas arrecadadas pelo Irmão Joaquim. Em todas as ilustrações com que ele enriqueceu os «Alfarrábios», mostra-se um mau desenhista, principalmente quando se trata de reproduzir figuras humanas, como veremos em outros capítulos que transcreveremos em próximas edições deste «Cadernos».

Nota da Redação: Transcrevemos essas notas do «Alfarrábio» de José Merdes da Costa Rodrigues, por conter alguns dados interessantes e verdadeiros. Entretanto, no que concerne à beata Leonarda, certamente o autor elaborou em grande engano. Costa Rodrigues escreveu o seu «Alfarrábio» já no fim da vida, em idade proventa e, como ele mesmo afirma, «um velho democrata, trêmulo e carcomido da ferrugem dos anos». Era natural que fizesse confusão com fatos que ele não chegou a conhecer e simplesmente lhe foram contados por sua mãe. Quem levantou a capela do Menino-Deus, na antiga Desterro, foi beata Joana Gomes de Gusmão, que lhe deu começo em 1762. A beata Leonarda, a que esta transcrição se refere, possivelmente teria sido uma das mulheres que Joana de Gusmão conseguiu trazer para a sua companhia e que a ajudavam no recolhimento de esmolas e donativos para a ereção da capela. Realmente, Almeida Coelho citado por Henrique Fontes, informa em sua excelente «Memória Histórica», que «D. Joana, vestindo logo um hábito de burel, se pusera a caminho (por terra e a pé) para o sul. Chegando a Santa Catarina, escolheu para sua vivenda, um pequeno rancho e onde as suas virtudes logo a fizeram conhecer mais que o seu nome, podendo reduzir à vida de beatas DUAS MULHERES e deixando o seu ranchinho, COM ELAS peregrinando a pé foi até à Colônia do Sacramento... pedindo esmolas etc. « É bem possível que a beata Leonarda fosse uma dessas mulheres que Costa Rodrigues conheceu, confundindo-a com a Beata Joana de Gusmão. Esta nasceu em Santos, São Paulo e não na antiga Desterro que Costa Rodrigues dá como lugar de nascimento de Leonarda.

Transcrevendo o trecho acima do «Alfarrábio» recomendamos aos nossos leitores que tenham em conta esta nota e que não dêem total crédito à história da beata Leonarda.

1) Veja: «Blumenau em Cadernos», nº 9, do Tomo XIV, pags. 161 a 167, onde Oswaldo Cabral, em magnífico artigo, refere-se ao retrato do Irmão Joaquim existente na Bahia.



Na véspera de Natal de 1814, os bugres atacaram o sítio do Capitão J. C. Corrêa, em Tijucas, matando esse senhor e um seu filho menor. Um escravo foi frechado. Os índios roubaram o que puderam. O resto da família escapou porque se encontrava em S. Miguel.

Uma Correspondência de Capivari

Em sua edição de 10 de maio de 1902, o jornal local «Der Urwaldasbote» publicou uma interessante correspondência de um colono da Capivari, então pertencente à Colônia Santa Isabel, (hoje Município de S. Bonifácio). Essa correspondência é uma interessante contribuição à história da colonização daquela região, da vida amarga dos seus colonos, com uma idéia muito perfeita do pensamento que os animava quando imigraram da Alemanha para aqueles recantos então quase desertos do sul do Estado. É a seguinte a correspondência que traduzimos para esta edição dos «Cadernos».

Muito se escreveu sobre a colonização alemã no Est. de S. Catarina. De Capivary chegou um relatório interessante, que, escrito do ponto de vista do colono, é bastante elucidativo. - «Quando chegamos em 1862-63 a Capivary, Rio Novo e Rio Salto, ainda não existia nada que pudesse facilitar pelo menos um pouquinho a colonização. Não havia estradas e nem foi feito um levantamento topográfico da região. - O diretor da colônia, um ex-oficial austriaco, não demonstrou o mínimo interesse no desenvolvimento do lugar, preferindo aproveitar os abundantes subsídios do governo para construir um imponente prédio para a administração e fazer um bellissimo jardim, para o qual contratou um jardineiro permanente. A colonização ficara em segundo plano. - Entretanto, a nossa vida não era de todo tão ruim, mesmo quando ainda morávamos no alpendre dos imigrantes, até que nossas terras fossem demarcadas. Recebíamos auxílio do governo e não passávamos necessidades. Cada sábado abatia-se um boi, havendo assim carne em abundancia. Aos domingos recebíamos bolos e pães fresquinhos; e com um teatro amador, uma orquestra improvisada e muito «arrastapé», nossa vida em terra estranha parecia quase um mar de rosas! - Entretanto, alguns entre os imigrantes de visão mais ampla, logo sentiram que assim não poderiam continuar. Após discutirem os problemas mais urgentes com o diretor da colônia, imediatamente puseram mãos à obra, demarcando as terras e iniciando a construção de estradas, que por mais estreitas picadas fossem, sempre eram um começo. Pontes ainda eram consideradas supérfluas. O caminho do morro do Capivary, bastante íngreme, foi levado ao longo da picada de demarcação, sendo que um bom caminheiro andava 1 1/2 hora até o topo do morro. - Quando foram demarcadas tantas colônias, quantas eram as famílias dos imigrantes, estas foram sorteadas e cada grupo recebia um pedaço de terra brasileira em forma de um lindo morro. Começou a derrubada das árvores; cada um queria ter uma roça maior do que o vizinho. Após a queima, plantaram milho, feijão e batatas. Para mandioca e cana de açúcar o clima do Alto Capivary não era propício. Feita a primeira plantação, ergueu-se uma cabana, muito pequena e rústica. Os pertences foram levados morro acima, pela picada da demarcação, pois o caminho novo

ainda não estava pronto. Ofegantes, carregando com muito esforço, homens, mulheres e crianças faziam a mudança para os seus novos lares. A instalação nas casas não levava muito tempo, e o trabalho doméstico era feito rapidamente. Mais importante era a aquisição de algum animal, como seja uma vaca, um boi ou mesmo um jumento. Mas como, se não havia dinheiro? O colono então trocava um boi pelo seu relógio de bolso, ou a mulher suas magras jóias ou seu vestido domingueiro por alguma vaca, com os tropeiros que de vez em quando passavam por lá. - Com o tempo, o colono adquiria um relativo conforto. Trabalhava-se de sol a sol, e quando o colono ficava no serviço da estrada, a mulher e os filhos mais velhos trabalhavam na roça.

Logo sobravam produtos para vender, mas o transporte era difícil, pois tudo tinha que ser carregado morro acima, mesmo o milho até o moinho e com a farinha de volta. Assim, durante alguns anos conseguimos manter-nos, embora com grandes dificuldades. - Certo dia, quando estávamos trabalhando na estrada, chegou o diretor da colônia com mais dois homens a cavalo. Um deles era um dr. Galvão alto funcionário do Ministério da Agricultura no Rio de Janeiro; o outro, o intérprete do governo, um senhor Trompowski, de Desterro. O primeiro indagou com grande benevolência sobre a nossa situação e se estávamos satisfeitos, e dos nossos problemas, etc, e se tinham algo a reclamar, enfim, era só falar, sem constrangimento, pois foi para informar-se sobre nossas condições de existência que ele veio. Assim, um de nós, «bom de papo e de choro», passou à frente e começou uma longa ladaíinha. Finalizando, o orador disse: «nossas crianças estão crescendo como pequenos selvagens, e não temos igreja nem escola». - A promessa de uma escola que o dr. Galvão fez naquele dia, em pouco tempo foi cumprida, e em todos os distritos da colônia foi instalada uma escolinha. Cada uma recebeu uma ajuda de custo de 300 mil réis para a sua construção e mais 15 mil réis mensais como contribuição dos vencimentos do «mestre de escola», escolhido entre os colonos mais instruídos. - Uma outra consequência de tão ilustre visita foi a cassação do diretor da colônia, que, apesar de mil justificativas, foi exonerado do seu cargo. O seu sucessor, um luso bastante bem intencionado, iniciou a administração da colônia com grande alarido, e o alargamento do caminho bem no meio da mata virgem foi um dos primeiros trabalhos. Entretanto, este e outros empreendimentos não foram terminados, resultando uma situação caótica para os colonos, que ficaram sem dinheiro e sem assistência. Mas, com os produtos vendidos, não dependiam mais do salário da construção de estradas. Pouco tempo depois, a colônia de Teresópolis emancipou-se. Tendo um crédito de cerca de 14 contos de réis do governo, pelos trabalhos na estrada, fomos forçados a cedê-lo a título de subsídios e dívidas das terras. Contra esta medida foi levantado um protesto, e exigida uma estrada transitável, conforme contrato com o governo. Tomada esta providência, pagariamos as terras.

A controvérsia levou um bom tempo, pois não íamos deixar passar em brancas nuvens o nosso direito ao pagamento, tão arduamente alcançado. Finalmente, por intermédio do dr. Galvão, a Tesouraria de Desterro recebeu ordem de pagar-nos, informando ao mesmo tempo o

corde dos subsídios para a colônia. Agora tínhamos o dinheiro, estávamos sem dívidas, mas também entregues a nós mesmos. Mas, Deus não abandona um alemão! Com renovadas forças nos dedicamos ao trabalho, melhorando as estradas danificadas, repondo outras onde se fazia necessário, e assim conseguindo os meios de comunicação mais urgentes. Com o tempo, as colônias foram ficando limitadas; as terras se esgotaram, e os morros se desgastaram com a erosão. Também vimos que 25-30 ha. era pouco para uma só família. Assim, os vizinhos vendiam entre si as suas pequenas propriedades e mudavam-se rio Capivary abaixo, em direção a Tubarão, onde havia terras já demarcadas, porém ainda não habitadas. Quando estas se esgotaram também, os colonos iam adquirindo novas terras ao longo do Capivary, até abaixo de Armazém. - Assim, toda a região do Capivary foi colonizada por alemães. - As nossas condições de venda eram boas, pois os colonos do Alto Capivary levavam seus produtos ao mercado de Desterro, enquanto os do Baixo Capivary transportavam os seus para Laguna, numa estrada feita por eles mesmos. Com o tempo, estabeleceram-se negociantes na região do Baixo Capivary, que compravam os produtos dos colonos, evitando-lhes a longa viagem para Laguna. Estes negociantes levavam a mercadoria em canoas, rio abaixo até Laguna. Entretanto, o caminho pelo rio não era melhor do que por terra, e o transporte também era bastante penoso. Carregando várias canoas pequenas, descia-se o rio em algumas horas, até que um redemoinho parava a descida. A mercadoria era posta em carretas de boi e transportada até Armazém. Novamente carregada em canoas maiores, descia até Laguna. Chegando lá, os nossos produtos eram enviados ao Rio de Janeiro, por intermédio de uma firma exportadora. - Este sistema era bastante favorável para os colonos, pois, economizando tempo e animais, dedicavam-se melhor aos seus afazeres na lavoura. - Em geral estavam melhor do que muitos colonos, que nem sempre caíam nas mãos de negociantes honestos, e com os quais eram obrigados a pagar em mercadoria, o que não lhes dava a mínima oportunidade de progredir. - Os nossos colonos entregavam os produtos que eram pesados e medidos na hora e recebiam o seu pagamento em dinheiro, adquirindo então o que precisavam. Desta maneira os colonos tinham mais vontade de trabalhar, e o negociante lhes pagava de bom grado os produtos da lavoura. - Se bem que a maioria dos colonos do Capivary eram da Vestfália, onde não havia montanhas, aqui subiam e desciam como se por toda vida tivessem sido montanhese, não se deixando perturbar no trabalho de roça pelas íngremes ladeiras. Em média um colono consegue plantar aqui 16-20 «quartas» de milho. Mas não é raro que um chegue a plantar até 30 «quartas». Os colonos geralmente são abastados, pelo menos não se encontra nenhum mal favorecido.

E conseguiram esta fartura com o trabalho de suas mãos, sem ajuda de fora. Comprovou-se com eles o velho ditado: «Ajuda-te, que Deus te ajudará». - A maioria dos colonos do Capivary são católicos. Temos aqui, onde vivem imigrantes alemães, cinco capelas católicas e uma protestante. Algumas vezes por ano recebemos a visita dos Padres Franciscanos, para a administração dos sacramentos e as prédicas. O mesmo faz o Pastor de Santa Isabel na capela evangélica. - Assim vivemos durante quase 30 anos tranquilos e satisfeitos, entregues a nós mesmos.

Não tivemos e nem nos faltou a assistência municipal ou federal. E já que mantemos as nossas estradas e os caminhos por conta própria, estávamos livres de impostos e tributos. Nesta época, a região do Capivary foi dividida, pertencendo os nossos vizinhos do baixo Capivary ao Município de Imaruí, enquanto que o alto Capivary ficou sob o controle de Palhoça. Esta assistência, porém, estamos pagando bem caro. Pois os nossos «protetores» necessitam de muitas coisas que só podem conseguir de quem trabalha! e estes são encontrados nas colônias alemãs. Bem, quem suou mais também pode pagar mais. - A nossa Câmara Municipal colocou um fiscal, que controla os nossos caminhos, para que estes estejam roçados. Ora, os caminhos que nós mesmos construímos sem um tostão da Câmara Municipal, estes caminhos são agora controlados! - Da mesma forma a Prefeitura poderia dar ordem ao fiscal para controlar as cozinhas, para ver se as mulheres lavam bem as louças e não deixam queimar o feijão. Mas aí um destes fiscais iria ver-se mal. «O que voce tem a ver com as minhas panelas?» lhe diria uma destas resolutas donas de casa «Estes utensilios eu mesma paguei, se quizeres viver bem, vai trabalhar como nós». A estas alturas ela pegaria na colher de pau ou numa acha de lenha e o fiscal nunca mais quereria voltar. Mas as nossas autoridades já sabem que não podem com as nossa mulheres, pois estas são corajosas. Porque os homens não podem fazer a mesma coisa e dizer a um petulante fiscal: «O que queres com as nossas estradas? Estas nós fizemos e mantemos, e as terras nos foram doadas pelo governo imperial. Vê se te passas logo, senão vai ter». Mas, infelizmente, só as mulheres tem coragem nesta terra; os homens puxam o boné, agradecem e ainda se sentem «honrados» de poderes sacrificar o seu dinheirinho, tão arduamente ganho, aos nossos ilustres «protetores»! - Mas agora estamos vivendo o maior de todos os escândalos. Após 38 anos de permanencia neste pedaço de morro, cedido pelo governo imperial, e onde deixamos tanto suor e tantas lágrimas, estando várias propriedades ainda em mãos da 3ª. e 4ª. geração, por compra ou herança, vem o governo atual e exige pagamento por estas terras.

Pois a doação foi motivada pelo fato de que o governo daquela época omitiu-se do contrato de construir uma estrada transitável até a colônia. - Na sua ânsia de conseguir o mais possível, o nosso governo atual esqueceu-se de que direitos adquiridos devem ser respeitados de qualquer maneira. - E com estas medidas, que o governo está tomando, recolhendo impostos sem fazer nada pelo desenvolvimento do Capivary, é de temer que a colônia, enquanto livre, estava progredindo, e agora, presa a compromissos injustos, vai regredir. E o que contribue para este estado de coisas é a crise econômica, que chegou até aqui. Os negócios estão indo de mal a pior. Até há pouco tempo, o baixo Capivary exportava anualmente cerca de 160.000/200.000 kg. de toucinho e carne de porco para o Rio de Janeiro, assim como também enormes quantidades de feijão, farinha açúcar e cachaça. A queda de preços dos produtos agropecuários teve uma consequencia desastrosa na sua exportação. As vezes acontece que as taxas em Laguna, dos nossos produtos, são maiores do que os mesmos. Assim, os colonos são obrigados a transportar os seus produtos pelos morros, para evitar os compradores intermediários. Entretanto, esta medida só pode ser tomada com tempo bom, porque os caminhos

em tempo chuvoso são intransitáveis e pontes não existem. Por fim, ainda devo um preito de justiça às nossas «queridas» autoridades. Pelo que narramos, até parece que não se incomodam em absoluto conosco. Mas, não é bem assim, pois de tempos em tempos dão-nos um pequeno divertimento, com uma farsa bem estudada, e na qual nós não somos apenas espectadores, mas atores conjuntos. São as tais das «eleições», onde sempre algo ou alguém é eleito. Aí chegam alguns senhores de Imaruí, e trazem um pacote cheio de cartas fechadas. Cada um de nós recebe uma e começa o espetáculo. Os atores principais estudaram muito bem o seu papel. Sentados numa mesa, sobre a qual colocaram uma caixa, um olha apenas, para o outro. Não falam, logo, não precisam de um «ponto». Então recebemos ordem de cada um jogar a sua carta dentro da caixa. Cumprida a ordem, terminamos nossa atuação de efeitores, e elegemos... quem? Não sabemos, pois as cartas já estavam fechadas. Talvez o próprio Tinhoso, quem sabe lá? - Os senhores de Imaruí poderiam ter feito esta transação toda, lá mesmo, pois se quisessem as cartas dentro da caixa, porque não colocá-las todas duma vez? Mas, eles decerto queriam fazer-nos uma alegria, e nós lhes agradecemos por ela.

ÍNDICE DO XIV TOMO

Iniciando nova caminhada - Redação	Pág. Nº 01
São Francisco e Joinville visto por um Americano em 1855 - A. A. da Luz	03
Apelo de uma Ponte - Celso Liberato	11
«A Eterna Noite Feliz» - Gustavo Konder	12
Jóias da Poesia Catarinense - Sonhadores - Barreiros Filho	15
A Fundação de Laguna na Palavra de um seu Fundador - Redação	16
Tres Pingos de História - Redação	20-37-59-78-99-138-151-198-215-228
O Maravilhoso «Pão de Açúcar» - Gustavo Konder	21
Um Carater chamado Raul Deeke - Bruno Hildebrand	24
Colégio Santo Antônio de Blumenau, 95 anos de Educação - Prof. Pe. Frei Oswaldo Furlan	28
A Indústria de Curtumes já Centenária em Blumenau - Redação	29
O Automobilismo Blumenauense - Werner Reimer	31
O Novo Governo do Município - Redação	36
Um Pioneiro do Desenvolvimento Econômico de Itajaí - Redação	38
O Esquecido Tradutor de um Livro Raro - Oswaldo R. Cabral	41
O Malabarista de Nossa Senhora - Gustavo Konder	51
O Pioneiro Engelbert Gevaert e seus descendentes - Ayres Gevaert	53
Coisas de Cem Anos atras - J. Ferreira da Silva	57
Uma esperança Gorada - Redação	60
Alguns Imigrantes Argentinos, Anti-Rosistas em Santa Catarina - A. A. da Luz	61
Uma expedição Lamentavel - Redação	67
Uma Coleção Original - Gustavo Konder	69
Um Morro Histórico - Celso Liberato	71
Subsídios para a História de Itajaí - Silveira Júnior	72
Estante Catarinense - Carlos Braga Mueller	75-92-116-137-157-189-209-226
A Colonização Belga e a Assembléa Provincial - Redação	79
Uma Curiosa Informação - Redação	80
Heinrich Trachsler e suas aventuras em Santa Catarina no ano de 1828 - Redação	81
A Propósito do Povoamento da Ilha de Santa Catarina - A. A. da Luz	91
Política e Políticos de Brusque de Antanho - Ayres Gevaerd	95-108

Uma Galeria de Arte num Relatório - Carlos Braga Mueller	98
As visitas do Conde D'Eu a Santa Catarina - A. A. da Luz	101-121
A Campanha do Contestado - O Manifesto Monarquista - Carlos Gaertner Sobrinho	105
O Primeiro Vigário de Gaspar - J. Ferreira da Silva	113
Um Blumenauense com as Quatro Estrelas de Almirante - Prof. Dr. Herbert Koch	119
Vale do Turismo - Celso Liberato	124
Efemérides Catarinense	125
São Joaquim a Cidade da Neve - Otto Laczynski	127
São Francisco do Sul - Terra da Babilônia - Arnaldo S. Thiago	129
Primeiro Centenário da Freguesia de São Luiz Gonzaga - Ayres Gevaerd	133
28 de Julho, uma grande Data da História de Blumenau - Redação	139
Intelectual Catarinense Candidato à Academia Brasileira de Letras - Redação	140
No Limiar do Eterno - Arnaldo S. Thiago	140
Paróquia de S. Paulo Apóstolo-Blumenau - Histórico - J. Ferreira da Silva (Suplemento de 12 páginas)	
Considerações sobre o povoamento, através de elementos geográficos e Históricos, do extremo-oeste de Santa Catarina - Walter F. Piazza	141-169
Uma sobre o único Pedreiro de Santa Catarina - Redação	146
Uma Indústria Ploneira - Otto Laczynski	147
Os últimos Abencerrages da Poesia - Arnaldo S. Thiago	148
In Memoriam de Leopoldo Coln - Redação	152
«O Poleirinho» - J. Mendes da C. Rodrigues	154
A Província de Santa Catarina em 1828 - Redação	159-168
Revivendo o Irmão Joaquim - Oswaldo Rodrigues Cabral	161
Otto Stutzer - 1836-1927 - Otto Laczynski	176
A Usina Hidroelétrica de João Bauer - Ayres Gevaerd	178
A Aposta - C. Gaertner	181
Dragão da Independência no Destêrro - Oswaldo R. Cabral	183
Uma sobre Santos Dumont - Redação	185
Catarinenses em Jena - Redação	186
O Notável Itajaense: Henrique da Silva Fontes - Arnaldo Brandão	187
Associação Comercial e Industrial de Blumenau (ACIB) - Redação	192
A História do Morro do - Cachorro - Redção	193
Figuras do Passado - Ferdinando Hackbart	195
Brigas por Anúncios - Redação	196
A cabeça do Martir - Redação	199
A Fritura - C. Gaertner	201
Vila do Porto Belo -1833 - Redação	203
Um enforcamento em Porto Belo -	204
Sublime Acrobacia dos Números - Arnaldo S. Thiago	207
Uma Crônica Familiar - Clara Züge Viebrantz	212
Uma Grande Pedra - Redação	216
Relatório da Colônia Blumenau Relativo ao Primeiro Semestre de 1863	218
Saudação de Natal	221
«Pozza, o Magnetizador»	222
«Os Presidentes da Província»	224
«O Irmão Francisco e a Beata»	229
Uma correspondência de Capivari	235
Índice do Tomo XIV -	239

Electro Aço Altona S.A.

Rua Eng^o Paul Werner, 925 - Fones: 22-0422 e 22-0738
Caixa Postal, 30 — Telegrs.: "ELAÇO"

BLUMENAU

Fundição Elétrica de Aços Comuns e Especiais Para:

Indústrias Automobilísticas

Fábrica de Cimento

Companhias de Dragagem

Fábricas de Máquinas

Equipamentos de Britagem,
de Terraplenagem,

Reposição de Manutenção.

Batalhões Rodo-Ferrovários

Fábrica de Tratores

DESDE 1933

A PROCEDÊNCIA GARANTE A QUALIDADE

Companhia Industrial Schlösser S/A.

Avenida Getúlio Vargas, 151 — C. Postal, 17 — Fone, 1178
BRUSQUE — SC



FABRICAM:

Fios de Algodão,

Brins,

Tecidos lisos,

Xadrêses

Jacquard de algodão,

Toalhas felpudas de banho,

Rosto e panos de copa.

(Impresso na Tipografia Centenário de Timbó Ltda.)